

A presente Lei, para além de reconhecer o direito universal de acompanhamento dos Utentes nos Serviços de Urgência do SNS, não limita esse acompanhamento aos familiares e amigos do Utente, como previa a Proposta inicial, mas alargá-lo a quem o Utente indicar.

Embora a Lei não o explicita, o facto é que a possibilidade da preferência dos Utentes ou da escolha dos Serviços Técnicos, pode recair nos Voluntários que actuam nas áreas dos Serviços de Urgência (assim se encontrem organizados para tal missão), ou naqueles que embora não se encontrando integrados nos Serviços de Voluntariado das Unidades de Saúde já acompanham os Utentes desde a sua origem, portanto integrantes de Organizações de Voluntariado, externas às Unidades de Saúde.

Apesar de a Federação Nacional de Voluntariado em Saúde ter proposto a inclusão explícita dos voluntários no grupo dos acompanhantes, o texto aprovado é mesmo assim motivo de regozijo e revela o reconhecimento da importância das Organizações do Voluntariado na Saúde bem como da respectiva Federação, que nas alíneas b) e c) do Número 1 do Artigo 3.º dos seus Estatutos publicados no Diário da República em 20 de Dezembro de 2007, define como objectivos:

“(...) assumir a defesa dos seus interesses, nomeadamente perante a Administração Pública, Central, Regional e Local, e as Instituições Públicas, Sociais e Privadas, de Saúde, onde as Organizações (filiadas) operam”.

“Desenvolver e alargar a base de apoio social, quer quanto a mobilizações para o Voluntariado em Saúde, quer quanto à melhoria dos Serviços Sociais aos Utentes, envolvendo a Comunidade”.

Edição: Setembro de 2009



Com o apoio do
Município do Entroncamento

ENTRONCAMENTO



Acompanhamento dos Utentes



Serviços de Urgência
do
Serviço Nacional de Saúde

Acompanhamento dos Utentes nos Serviços de Urgência do Serviço Nacional de Saúde

Foi publicada no Diário da República de 14 de Julho de 2009, a Lei N.º 33/2009 que a Assembleia da República de Portugal, aprovou por unanimidade em 22 de Maio de 2009, cujo texto se transcreve integralmente:

Artigo 1.º

Direito de Acompanhamento

É reconhecido e garantido a todo o cidadão admitido num Serviço de Urgência do Serviço Nacional de Saúde (SNS) o direito de acompanhamento por uma pessoa indicada nos termos do artigo 2.º.

Artigo 2.º

Acompanhante

1. Todo o cidadão admitido num Serviço de Urgência (do SNS) tem direito a ser acompanhado por uma pessoa por si indicada e deve ser informado desse direito na admissão pelo Serviço.
2. Os Serviços de Urgência devem, através dos Serviços Técnicos adequados, promover o direito referido no número anterior, sempre que a situação clínica do doente não permita a declaração da sua vontade, podendo para esse efeito os Serviços solicitarem a demonstração do parentesco ou da relação com o paciente invocados pelo acompanhante, mas não podem impedir o acompanhamento.



Artigo 3.º

Limites ao direito de acompanhamento

1. Não é permitido acompanhar ou assistir a intervenções cirúrgicas e outros exames ou tratamentos que, pela sua natureza, possam ver a sua eficácia e correcção prejudicadas pela presença do acompanhante, excepto se para tal for dada autorização expressa pelo clínico responsável.
2. O acompanhamento não pode comprometer as condições e requisitos técnicos a que deve obedecer a prestação de cuidados médicos para que estes sejam eficazes.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, compete ao profissional de saúde responsável pela execução do acto clínico em questão – exame, técnica ou tratamento, informar e explicar ao acompanhante os motivos que impedem a continuidade do acompanhamento.

Artigo 4.º

Direitos e deveres do acompanhante

1. O acompanhante tem direito a informação adequada e em tempo razoável sobre o doente, nas diferentes fases do atendimento, com as excepções seguintes:
 - a) Indicação expressa em contrário do doente;
 - b) Matéria reservada por segredo clínico.



2. O acompanhante deve comportar-se com urbanidade e respeitar e acatar as instruções e indicações, devidamente fundamentadas, dos profissionais de serviço.
3. No caso de violação do dever de urbanidade, desobediência ou desrespeito, os Serviços podem impedir o acompanhante de permanecer junto do doente e determinar a sua saída do Serviço de Urgência, podendo ser, em sua substituição, indicado outro acompanhante nos termos do artigo 2.º.

Artigo 5.º

Adaptação dos serviços

As instituições do SNS que disponham de Serviço de Urgência devem, no prazo de um ano a partir da data de publicação desta lei, proceder às alterações necessárias nas instalações, organização e funcionamento dos respectivos Serviços de Urgência, de forma a permitir que os doentes possam usufruir do direito de acompanhamento sem causar qualquer prejuízo ao normal funcionamento daqueles serviços.

Artigo 6.º

Regulamentos

O direito de acompanhamento nos Serviços de Urgência deve estar consagrado no Regulamento da respectiva instituição de saúde, o qual deve definir com clareza e rigor as respectivas normas e condições de aplicação.